

Economistas apóiam negociação imediata

RIO — O economista Edmar Bacha, do PSDB, apoiou a atitude da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, de apresentar às autoridades norte-americanas as diretrizes do Plano Collor. Com isso, segundo ele, poderão ser criadas condições favoráveis para a negociação da dívida externa do País. O economista participou de um debate sobre a dívida externa brasileira na PUC-Rio, junto com Maria da Conceição Tavares e Paulo Nogueira Batista Júnior.

Na opinião de Bacha, a moratória não declarada com os bancos comerciais poderá elevar o deságio de aproximadamente 50% da dívida externa total do Brasil, negociada no mercado secundário de Nova York. Mas ressaltou que o País não está necessariamente em posição confortável. O aumento das reservas cambiais provocado pelo Plano Collor poderá dar pretexto aos credores para exigirem a retomada dos pagamentos suspensos no governo Sarney.

Mais cética, a economista Maria da Conceição Tavares acredita que a ministra Zélia fará um pagamento da dívida, ainda que simbólico, para conseguir recursos novos do Banco Mundial

e do FMI, que acabarão retornando aos credores para saldar débitos atrasados. Ela teme que a conversão da dívida por meio da privatização das estatais acabe acontecendo. Nesse caso, afirmou, o País conseguiria algo em torno de US\$ 20 bilhões valor irrisório diante do total da dívida de US\$ 110 bilhões.

Já para o ex-coordenador da negociação da dívida externa brasileira do ministro Dilson Funaro, Paulo Nogueira Batista Júnior, a violência do choque aplicado pelo Plano Collor na economia brasileira cria condições favoráveis de negociações para o País. Resta saber se o governo aproveitará essa oportunidade e o cacife político de que dispõe neste momento, ou se preferirá “empurrar a moratória com a barriga”.

Em sua opinião, o governo não pode ficar à espera de apoio financeiro externo. Ao contrário, precisa obter condições melhores de pagamento e reduzir as transferências de recursos para o Exterior de 4% a 5% do Produto Interno Bruto, como foi feito, em média, nos últimos anos, para no máximo 2%, o que equivaleria a US\$ 7 bilhões por ano.